

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ITAUANA SUÉLEN RODRIGUES

**A INSERÇÃO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA
EM ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS**

ERECHIM

2022

ITAUANA SUÉLEN RODRIGUES

**A INSERÇÃO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA
EM ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Zoraia Aguiar Bittencourt

ERECHIM

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

, Itauana Suélen Rodrigues
A INSERÇÃO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA EM ESTÁGIOS NÃO
OBRIGATÓRIOS / Itauana Suélen Rodrigues . -- 2022.
50 f.

Orientadora: doutora Zoraia Aguiar Bittencourt

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Erechim,RS, 2022.

I. Bittencourt, Zoraia Aguiar, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ITAUANA SUÉLEN RODRIGUES

A INSERÇÃO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA EM ESTÁGIOS NÃO
OBRIGATÓRIOS

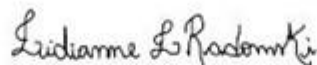
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 24/08/2022.


BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Zoraia Aguiar Bittencourt – UFFS
Orientadora



Profª Me. Lidianne Laizi Radomski
Avaliadora


Profª Drª Adriana Regina Sanceverino

Avaliadora



Dedico esta pesquisa a toda minha família, em especial à minha irmã e ao meu filho por terem sido minha fortaleza durante toda sua existência.

AGRADECIMENTOS

“Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar em você” (Cynthia Kersey).¹ Jamais me esqueci das palavras de Kersey, como jamais me esquecerei daqueles que, de alguma maneira, acreditaram e me ajudaram a olhar através do conhecimento e da pesquisa.

Agradeço primeiramente a Deus, por sua misericórdia e pela graça que preencheu cada um de meus dias, assim como continua preenchendo.

Ao Odair, meu companheiro de vida, que sempre me apoiou a seguir quando tudo parecia ter acabado.

À Prof^a Dra. Monica Santin, pelo acolhimento, pelas palavras e pelo carinho, por cada abraço e por cada mensagem, por sempre estar junto comigo, mesmo na ausência; qualquer palavra descrita não irá mensurar a eterna gratidão que tenho por você.

À minha família, o tesouro que faz com que minha vida seja mais esperançosa.

De coração, agradeço à minha orientadora Prof^a Dra. Zoraia Bittencourt, por sua confiança, que fez de mim uma pesquisadora com autonomia para trilhar minha própria jornada.

Ao meu filho, Wesley Victor, o que falar? Você foi a pessoa que mais me deu ânimo e forças para não desistir pelo caminho. A ti, o meu amor e gratidão sempre.

À Prof^a Dra. Adriana Regina Sanceverino, pelas contribuições essenciais durante o processo de construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Meu agradecimento eterno a todos os professores que fazem parte da EJA da Escola Estadual de Ensino Médio João Germano Imlau, por acreditarem e motivarem seus alunos a seguirem adiante. Vocês fizeram parte do início do processo.

À minha amiga e mãe de coração, Rosane Farina, por sempre estar ao meu lado e por compartilhar comigo sua amizade e conhecimento.

Ao meu pai, que sempre me incentivou a seguir durante este processo. À minha mãe, Zulmira dos Santos, que nunca me abandonou pelo caminho.

Às minhas amigas e companheiras de graduação, Ediane, Denise, Élen e, em especial a Paula Floreck; espero levar vocês para vida.

¹ Cynthia Kersey é presidente e diretora chefe humanitária da Unstoppable Enterprises, Inc., cuja missão é garantir que cada criança do planeta receba acesso à educação ao longo da vida.

À minha comadre, Vidiane Trindade, por todo o companheirismo e pela ajuda e acolhimento que me deu durante este percurso importante em minha vida.

À minha irmã de coração, Silvana Litiwin, por aturar meus dias de estresse e ansiedade durante esse percurso. Obrigada por ser esta companheira maravilhosa que és.

E à pessoa principal, Marjana Gasparin, a profissional que me ajudou a entender melhor minhas emoções. Não teria chegado nessa etapa da minha vida se não fosse por você; minha gratidão eterna.

Por fim, e não menos importante, agradeço a esta respeitada e amada Universidade, que sempre fará parte das minhas lembranças mais amadas.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota” (Theodore Roosevelt).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na reflexão sobre Estágio Curricular, não obrigatório, do Curso de Pedagogia na perspectiva de documentos orientadores nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Erechim/RS*. O problema de pesquisa deste trabalho é: Quais são os saberes necessários e qual é o perfil de pedagogo presentes nos documentos orientadores nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com relação aos estágios, não obrigatórios, para estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus Erechim/RS*? O objetivo central, investigar o que os documentos nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) orientam em relação ao perfil e aos saberes necessários aos estudantes do Curso de Pedagogia em relação ao estágio não obrigatório. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho de pesquisa foi a abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, subsidiada nos métodos de pesquisa de Estado do Conhecimento e pesquisa documental, nos quais foram analisados documentos nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que discorrem sobre o estágio e sua importância para a formação inicial dos professores. Os resultados da análise dos documentos indicam que é necessário que o graduando, em seu processo de formação, consiga compreender as relações que acontecem em sala de aula, universidade e legislações vigentes. As conclusões apontam para a necessidade de que o educando tenha uma postura investigativa, além da busca de domínio pedagógico durante sua construção de identidade profissional, no qual o pedagogo necessita compreender as concepções de suas ações, reflexivamente, sempre levando em consideração a realidade imposta pela sociedade.

Palavras-chave: Estágio Curricular, não obrigatório. Curso de Licenciatura em Pedagogia. UFFS.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Work consists in the reflection about Non-Compulsory Curricular Internship of the Pedagogy Course with in? Perspective of national and institutional guiding documents of the Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim Campus. The research problem of this work is: Which are the necessary knowledge and which is the profile of the pedagogue present in the national and institutional guiding documents of the Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) with relation to the non-compulsory internships for students of the Pedagogy Course of the Erechim Campus/RS? The central objective is to investigate what the national and institutional documents of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS) guide in relation to the profile and knowledge necessary for students of the Pedagogy Course in relation to the non-compulsory internship. The methodology used for this research work was a qualitative, bibliographical approach, based on the research methods of the State of the Knowledge and documentary research, in which national and institutional documents of the Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) were analyzed, which discuss the internship and its importance for the initial formation of teachers. The results of the analysis of the documents indicate that it is necessary for undergraduates in their training process to be able to understand the relationships that take place in the classroom, university, and current legislation. The conclusions point to the need for students to have an investigative posture, in addition to the search for pedagogical mastery during the construction of their professional identity, in which pedagogues need to understand the conceptions of their actions reflexively, always taking into consideration the reality imposed by society.

Keywords: Non-compulsory Curricular Internship. Pedagogy Course. UFFS.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 — Publicações por ano sobre Estágio não obrigatório | 27 |
|---|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 — Quadro com os títulos e a autoria dos trabalhos encontrados sobre Estágio não obrigatório no site da BDTD | 26 |
| Quadro 2 — Documentações nacionais e institucionais analisadas | 35 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------|---|
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| DIES | Divisão de Estágios |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UCE | Unidades Concedentes de Estágio |
| UFFS | Universidade Federal da Fronteira Sul |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PRÁTICA EDUCATIVA | 19 |
| 3 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E SUAS PERSPECTIVAS COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO | 25 |
| 4 METODOLOGIA | 33 |
| 5 PERFIL E SABERES NECESSÁRIOS AOS ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA REFERENTE AO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO..... | 36 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 44 |
| REFERÊNCIAS..... | 46 |

1 INTRODUÇÃO

Os estágios, não obrigatórios, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)² são uma oportunidade de reflexão da ação sobre as possíveis relações entre a teoria abordada, em universidades nos cursos de formação inicial, e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, e as quais contribuem para a reflexão das condições que o universitário encontra nas instituições escolares, criando, assim, referências dos acontecimentos do cotidiano escolar e sua relação com a teoria. O estágio, numa perspectiva geral, conta com um suporte em lei específica, Lei n. 11.788/2008, cujo primeiro artigo aborda que:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008).

Portanto, pode-se considerar que o estágio vem como uma forma de aproximação da busca pela experiência profissional do educando em sua área de atuação no mercado de trabalho. Esse período amplia os conhecimentos profissionais reafirmando a indissociabilidade da teoria e da prática dentro do processo de aprimoramento da consolidação da melhoria profissional do educando.

Sabe-se que existem dois modelos de estágios — o estágio curricular obrigatório e o estágio não obrigatório. O estágio curricular obrigatório, segundo defendido por Pimenta (2011, p. 21), “é a ‘parte mais prática’ do curso, em contraposição às demais disciplinas consideradas como a ‘parte mais teórica’”. Este estágio curricular supervisionado tem seu desenvolvimento nas etapas finais do curso de licenciatura, o que proporciona aos estagiários momentos de reflexão para sua futura prática.

² Esta pesquisa consiste na reflexão sobre o Estágio Curricular não obrigatório do Curso de Pedagogia na perspectiva dos documentos orientadores nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Os estágios curriculares supervisionados, assim, visam à formação profissional do estudante na relação entre teoria e prática, na qual o universitário pode buscar maior autonomia em sua formação acadêmica.

O estágio não obrigatório é outro modelo de aprendizado prático, que tem seu diferencial na bolsa-auxílio que o universitário recebe enquanto está em investigação de sua reflexão sobre a ação, juntamente com a busca por independência financeira. O estagiário averigua, através desta oportunidade, sua autorreflexão como profissional, sendo que “o futuro profissional não pode constituir seu saber-fazer senão a partir de seu próprio fazer” (PIMENTA, 1996, p. 82). Nesse aspecto, o futuro profissional pode analisar a teoria com sua própria prática. Com a carga horária máxima de 30 horas semanais, o universitário tem um contrato de seis meses, podendo ser renovado pelo tempo limite de dois anos.

Considerando os apontamentos acima — cujo objetivo é reafirmar a relevância do tema abordado —, esse trabalho tem como intuito discutir o que os documentos nacionais e institucionais da UFFS orientam em relação ao perfil e aos saberes necessários aos estudantes do Curso de Pedagogia em referência ao estágio não obrigatório, pois, em concordância com Buriolla (2011, p. 13, grifo do autor), “[...] o estágio é o *lócus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente”. Torna-se, assim, uma fonte fundamental na consciência da ação, a qual vem possibilitar a compreensão do trabalho docente em seu cotidiano, podendo haver um auxílio no processo de construção da formação docente.

Diante do exposto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como temática a inserção de estudantes de Pedagogia em estágios não obrigatórios. A partir desta temática, foi definido o seguinte objetivo geral: analisar o que os documentos nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) orientam em relação ao perfil e aos saberes necessários aos estudantes do Curso de Pedagogia em relação ao estágio não obrigatório.

Para dar conta de tal objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre a prática do estágio não obrigatório;

- Verificar o que os documentos norteadores nacionais e institucionais da UFFS orientam quanto ao estágio não obrigatório;
- Identificar o perfil de Pedagogo que se espera atuar nos estágios não obrigatórios;
- Identificar/Elencar os saberes necessários no curso de Pedagogia em relação ao estágio não obrigatório;
- Averiguar, por meio do Estado do Conhecimento, o que as pesquisas mais recentes revelam sobre os estágios não obrigatórios.

Em termos de investigação, foram utilizadas as abordagens de Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa de Estado do Conhecimento e Pesquisa Documental. Na pesquisa documental analisaram-se os documentos nacionais e institucionais da UFFS. Estes subsidiam a pesquisa com informações sobre o perfil e os saberes presentes nestes documentos como necessários aos estudantes do Curso de Pedagogia, os quais são inseridos em estágios não obrigatórios. Na pesquisa do Estado do Conhecimento e Pesquisa Bibliográfica, busquei realizar uma análise mais geral do tema investigado, onde explorei os conceitos e as linhas de pesquisas analisadas pelos autores, trazendo, assim, um direcionamento mais delineando a pesquisa.

Este TCC está organizado da seguinte maneira: inicialmente apresenta-se a introdução do trabalho, seguida do segundo capítulo, em que se aborda a importância da formação de professores e do estágio não obrigatório na formação de professores para a práxis educativa.

No terceiro capítulo, exponho o estágio não obrigatório a partir de uma pesquisa de Estado do Conhecimento com o objetivo de conhecer o que vem sendo investigado em publicações referentes ao assunto no site da Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD).

No quarto capítulo, a Metodologia, são apresentados e detalhados os caminhos metodológicos da presente pesquisa. No quinto capítulo, apresenta-se a análise de dados a partir da leitura, via Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), dos documentos nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), buscando identificar suas orientações em relação ao perfil e aos saberes necessários aos estudantes do Curso de Pedagogia, referentes ao estágio não obrigatório.

Por fim, no quinto capítulo, as considerações finais sintetizam os resultados da pesquisa sobre estágio curricular, não obrigatório, desenvolvido pelos acadêmicos do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim.

2 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PRÁTICA EDUCATIVA

Conforme já abordado na introdução, o enfoque assumido está voltado para a importância da formação de pedagogos e do Estágio Não Obrigatório para a formação inicial dos docentes. Levando em consideração que o ser humano está sempre em processo de construção, deve-se considerar que a formação pedagógica dos profissionais da educação acarreta uma tarefa de grande responsabilidade, pois a qualidade do ensino depende, principalmente, do futuro profissional e de sua capacidade na busca aprofundada da teoria e prática pedagógica.

Deve-se levar em consideração que esta não deveria se desenvolver através de certas reproduções metodológicas, nem de modismos pedagógicos, mas, sim, de didáticas formativas que vêm com a formação docente, a qual sempre necessita de constantes atualizações, ou seja, além de sua graduação, o profissional da educação necessita estar sempre em processo de construção, consciente de sua caminhada profissional.

Nessa perspectiva, Gadotti (2003, p.61) afirma que, “para o educador ensinar com qualidade, ele precisa dominar, ‘além do texto’, além de um conteúdo, o significado do conteúdo que é dado pelo contexto, social, político e econômico. Enfim, histórico do que ensina”. Sendo assim, pode-se declarar que a formação profissional necessita permear os campos investigativos.

Uma formação com baixa qualidade incide na falta de prática e falta de interesse do profissional, porém, “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 1996, p. 43). O Estágio Não-Obrigatório vem como uma oportunidade de reflexão sobre a ação pedagógica, além de uma melhor compreensão da formação docente e sua indissociabilidade da teoria, pois, conforme Houssaye (2004, p. 10), “[...] o pedagogo é aquele que procura conjugar a teoria e a prática a partir de sua própria ação”. Assim, o saber docente necessita de foco em sua formação profissional, sendo que sua formação inicial necessita estar ligada às escolas e universidades, cujo enquadramento de apoio em sua formação e demais formações continuadas também necessitam abranger seu trabalho pedagógico nas salas de aula.

Na busca do processo formativo do profissional da educação, necessita-se de correlação entre a teoria refletida pelo profissional e sua prática pedagógica. Esta, por sua vez, necessita de percursos formativos, levando em consideração as lacunas na formação de cada profissional em relação às insuficiências. Giraldeoli (2007, p. 13) nos aponta que “[...] quem fala sobre o ensino sem conhecimento operacional dos conteúdos do que é ensinado termina por ter uma conversa vazia”. Levando em consideração este apontamento, pode-se afirmar que a Pedagogia demanda professores comprometidos para além da formação inicial.

É necessário compreender que a Universidade, quando inserida nas escolas, aprimora a qualidade da formação profissional dos docentes, uma vez que a busca na formação crítica se vale dos saberes pedagógicos e na projeção da realidade escolar. Nesse sentido, o Estágio Não Obrigatório traz oportunidades de reflexões, análises e buscas de experiências institucionais que tragam um olhar atento de cada profissional com base em sua formação e em seu processo de construção crítica.

A formação profissional do professor necessita de seriedade, comprometimento e reflexão com a prática profissional ofertada. (Vieira *apud* Silva 2009, p. 46) nos traz que:

O pensar reflexivo, como instrumento de formação, é desencadeado por esses desafios, que vêm de forma, da relação com os outros, ou de dentro, no reconhecimento dos limites e das possibilidades de minha atuação. Refletir é descobrir-se em permanente aprendizagem cujo processo não é linear. Quanto mais reflito, mais aprendo e mais descubro que preciso aprender. O pensar reflexivo impõe mais perguntas do que respostas. Ele está orientado pelo sentido social da profissão docente e pode mostrar as condições contraditórias que são distorcidas ou escondidas no seu dia a dia, em que comportamentos de subordinação e de resistência vêm à tona.

Sendo assim, cabe ressaltar a importância da reflexão da ação docente com o Estágio Não Obrigatório, ofertado a estudantes de Pedagogia, uma vez que requer uma estrutura de compreensão dos desafios práticos indissociáveis da teoria, visto que:

O lado teórico é representado por um conjunto de ideias constituído pelas teorias pedagógicas, sistematizado a partir da prática realizada dentro das condições concretas de vida e de trabalho. A finalidade da teoria pedagógica é elaborar ou transformar idealmente, e não realmente, a matéria prima. O lado objetivo da prática pedagógica é constituído pelo conjunto dos meios, o modo pelo qual as teorias pedagógicas são colocadas em ação pelo professor. O que a distingue da teoria é o caráter real, objetivo da matéria prima sobre a qual ela atua dos meios ou 20 instrumentos com que exerce a

ação, e de seu resultado ou produto. Sua finalidade é a transformação real, objetiva de modo natural ou social, satisfazer determinada necessidade humana (VEIGA, 1988, p. 8-9).

Dessa maneira, os estágios buscam, em sua prática pedagógica, uma reflexão de sua formação inicial, na qual necessitam “[...] desempenhar um papel importante na configuração de uma ‘nova’ profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas” (NÓVOA; FINGER, 1992, p. 24). Porém, necessita-se compreender que o profissional da educação, além do estágio, precisa dar ênfase aos saberes pedagógicos oferecidos pela Universidade, a qual traz em sua concepção, no curso de Pedagogia, a afirmação de estágio “como um espaço formativo teórico-prático instrumentalizador das práxis docentes, que conduz à transformação da realidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2018, p. 55).

A palavra estágio tem sua significação no “[...] período de prática para que um médico, um advogado, etc. se habilite a exercer proficientemente sua profissão” (HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 1245).

Para Pimenta (2004, p. 45), sua finalidade é “[...] proporcionar ao aluno uma aproximação à realidade no qual atuará”. Segundo Brito (2013, p. 37), sua origem deriva do francês:

Data de 1930, o primeiro registro, no Francês, para o termo *stage*, designando estada que um cônego deve fazer durante certo tempo num local de sua igreja antes de poder desfrutar das honras e da renda de sua prebenda, sendo que prebenda é o nome utilizado ao rendimento que é pago a pastores, bispos e outros eclesiásticos. A palavra sofreu mutações para *estage*, consolidando-se como *étage*: estada, demora, permanência, residência, morada. No começo do século XIX, o Francês já tinha o termo *stagiaire*, que no fim do mesmo século passaria ao português como estagiário, designando estudante ou profissional que durante certo período presta serviços com o fim de adaptar-se a novas funções ou a aprender novas habilidades.

Para a formação inicial em Pedagogia, o estágio vem como uma oportunidade que o estudante tem em articular o saber e o fazer de sua prática educacional. Cury (2003, p. 113) afirma que “o momento do saber não está separado do momento do fazer, e vice-versa, mas cada qual guarda sua própria dimensão epistemológica”. Nessa perspectiva, pode-se pensar que o estágio não obrigatório é prática social, que tem suas questões abordadas no meio em que o estagiário está inserido, o qual traz

reflexões para aquele que está em meio ao processo de aprimoramento profissional e demais envolvidos.

A consolidação de lei do estágio não obrigatório deu-se com a publicação do Decreto nº 5.452, de 1 de maio de 1943, cujo Art. 428 explana que o “contrato de aprendizagem” é um “contrato de trabalho especial”, o qual aborda uma “formação técnico-profissional metódica”. Ainda, segundo o “§ 3º, o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência”.

A lei ainda estabelece definições para que o estagiário não venha ser inserido nos espaços de atuação sem uma abordagem pedagógica e um olhar ativo do profissional do estabelecimento institucional de ensino que supervisionará seu contrato e seu trabalho prático. Além disso, o Art. 12, da Lei Nº 9.394, do dia 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem o objetivo de “[...] velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente”.

Ainda conforme o cumprimento da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, segundo o Art. 7º:

[...] São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Ressalta-se que o estágio não obrigatório, nos dias atuais, vem como uma forma de renda que os estudantes encontram para conseguir arcar com o pagamento de despesas pessoais. Esta remuneração é paga como forma de bolsa-auxílio, sendo isso o que diferencia o estágio curricular obrigatório do estágio não obrigatório, uma vez que o estágio obrigatório não tem renda. Além disso, requer outras normativas,

entre elas a carga horária de estágio obrigatório e as normativas são diferentes, como, por exemplo o estágio não obrigatório pode ter duração de dois anos, com carga horária opcional, sendo elas de 20 horas, 30 horas e 40 horas semanais, onde o estagiário e o concedente de estágio podem renovar o contrato de seis em seis meses, segundo suas necessidades, ainda em conformidade com o cumprimento da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Trazendo assim aos estagiários a “possibilidade de interagir com profissionais no seu contexto de trabalho” (FELICIO; OLIVEIRA, 2008, p.225).

A compreensão das políticas educacionais vigentes é extremamente importante para que haja uma melhor análise sobre o papel do discente e do docente supervisor do estágio, não obrigatório, na qual possam ser compreendidas e refletidas as aproximações e os distanciamentos entre o escrito, o assegurado pelas Leis e o vivido na prática educacional, pois, no fim das contas, como afirma Freire (1991, p. 58):

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira, às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.

Na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, o “Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho [...]”, no qual se pode compreender as etapas de preparo do estudante para sua futura práxis, que, neste processo, se mostra indissociável da teoria, conforme nos aponta Veiga (1989, p. 17):

O lado teórico é representado por um conjunto de idéias constituído pelas teorias pedagógicas, sistematizado a partir da prática realizada dentro das condições concretas de vida e de trabalho. A finalidade da teoria pedagógica é elaborar ou transformar idealmente, e não realmente, a matéria prima. O lado objetivo da prática pedagógica é constituído pelo conjunto dos meios, o modo pelo qual as teorias pedagógicas são colocadas em ação pelo professor. O que a distingue da teoria é o caráter real, objetivo da matéria prima sobre a qual ela atua dos meios ou instrumentos com que exerce a ação, e de seu resultado ou produto. Sua finalidade é a transformação real, objetiva de modo natural ou social, satisfazer determinada necessidade humana.

Partindo do pressuposto de indissociabilidade de teoria e prática pedagógica, no qual concerne o estágio não obrigatório, o estudante necessita visar sua formação prática na busca constante em refletir a prática desenvolvida no cotidiano escolar.

Busca-se, assim, no presente TCC compreender os processos que a investigação teórica e prática oportunizam nestes espaços de estágio não obrigatório.

Para conhecer o que já há publicado no meio acadêmico sobre estágios não obrigatórios no Curso de Pedagogia, o próximo capítulo deste TCC apresenta uma pesquisa de Estado do Conhecimento, que objetiva mostrar o que vem sendo evidenciado sobre tal temática, bem como busca melhor localizar a presente pesquisa em relação às abordagens dadas ao assunto.

3 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E SUAS PERSPECTIVAS COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Com o intuito de mapear as reflexões acerca do tema “Estágio não obrigatório no curso de Pedagogia”, analisei as teses e dissertações publicadas nos últimos 15 anos, sendo abarcados os anos de 2007 a 2022, através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores: estágio não obrigatório, pedagogia, com filtro por títulos³.

A busca possibilitou encontrar um total de cinco trabalhos, dos quais quatro foram analisados, pois um deles não se aproximava da discussão, uma vez que abordava sobre o estágio curricular supervisionado obrigatório. Esta estratégia de mapeamento é definida como Estado do Conhecimento, sendo determinada como “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

Cabe ressaltar que o site da BDTD tem um sistema avançado que possibilita a delimitação dos temas propostos nas pesquisas, facilitando, assim, a localização dos trabalhos para análise de dados. Os documentos encontrados passaram pelo processo de análise, dos quais foram extraídas informações necessárias, construindo a comparação entre os mesmos. No Quadro 1, apresento os títulos e a autoria dos cinco trabalhos encontrados.

³ Concedida a pesquisa no dia 05 de maio de 2022.

Quadro 1 — Quadro com os títulos e a autoria dos trabalhos encontrados sobre Estágio não obrigatório no site da BDTD

| Autor/a | Título | Tipo de documento | Instituição | Data |
|--|--|--------------------------|---|-------------|
| SILVA, Felipe Lima | Implicações teórico-práticas do estágio não obrigatório na formação do pedagogo: a leitura dos discentes do curso de pedagogia formados na UFMS/CPLT em 2019 | Dissertação | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | 2022 |
| COSTA, Leide Dayana Pereira de Freitas | Imagens em claro/escuro: o cenário do estágio não obrigatório na formação inicial de graduandas dos Cursos de Pedagogia | Dissertação | Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 2016 |
| PAIXÃO, Maria de Socorro Estrela | Trajetórias construídas em caminhos (não) planejados: os sentidos formativos da escrita no estágio supervisionado obrigatório do curso de Pedagogia da UFMA | Tese | Centro de ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 2015 |
| ROCHA, Terezinha Pereira da | Fluxo informacional do acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Dissertação | Centro de ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 2018 |
| ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira | O estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais: trabalho precarizado ou processo didático-pedagógico? | Dissertação | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 2007 |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme ilustrado no Gráfico 1, é possível chegar à constatação da pouca quantidade de pesquisa acerca do tema abordado, entre os anos de 2007 e 2022, na plataforma eleita para tal busca. As pesquisas encontradas são de uma em cada ano de publicação, sendo que, entre a primeira e segunda pesquisa, houve uma diferença de sete anos para a data da publicação, enquanto da terceira para quarta houve um intervalo de quatro anos.

Gráfico 1 — Publicações por ano sobre Estágio não obrigatório



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A partir desta ação, as pesquisas passaram pela análise de resumos, quando procurei averiguar seus objetivos gerais, tendo em conta a recorrência e a compreensão da importância do tema analisado. A intenção desta análise foi perceber as tendências nas abordagens das publicações quando da discussão das publicações sobre estágios não obrigatórios nos Cursos de Pedagogia.

Conforme analisado, pode-se perceber que o estágio não obrigatório vem como um processo de formação, o qual, segundo os trabalhos analisados, quando bem supervisionado, apresenta potencial significativo para agregar na formação pessoal e profissional do estudante. Já os professores orientadores e supervisores vêm com o intuito de acompanhar o fluxo das informações que são agregadas aos estagiários, uma vez que estas informações necessitam ser abordadas conforme o viés investigativo do estudante.

Deve-se compreender que o profissional em processo de construção de identidade profissional necessita ter sua definição de estágio como processo investigativo e formador. Ante ao exposto, é necessário entender este processo do percurso formativo que o estágio pedagógico possibilita ao profissional da educação, tanto em aspectos profissionais quanto pessoais.

Nos discursos presentes nas publicações analisadas, os estágios têm uma visão que compõe o olhar de estágio não obrigatório como um trabalho, ultrapassando os conhecimentos que podem agregar nesta etapa de conhecimento. Os contratantes e, muitas vezes, os estudantes somente analisam a parte financeira do processo, o que, de certa maneira, é uma lacuna no processo formativo. Geralmente, isso também ocorre devido à desvinculação que o estagiário sofre no seu processo formativo de estágio, desvirtuando, assim, o processo de formação profissional.

Para Rosado (2007), a participação do trabalhador neste processo é definida pelo empregador, comprador da força de trabalho do sujeito. Cientes deste processo na formação do ser humano em sua identidade profissional, concordamos com Nicolau (2005, p. 84) quando afirma que:

[...] a experiência do trabalho, ao ser objetivado por um conjunto de atos que transformam as ideias e finalidades, previamente construídas na consciência, em produto objetivo, tem uma dimensão educativa. Essa dimensão possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, os quais são decisivos para apreensão dos nexos casuais e das determinações mais importantes do setor da realidade social no qual o profissional atua e o discente vivencia sua experiência de estágio.

Nesse sentido, podemos observar que, na perspectiva das publicações em análise neste trabalho, o que predomina nos estágios remunerados ou não obrigatórios é o processo capitalista, distanciando-se, assim, do processo formativo. Muitos estudantes de pedagogia buscam os estágios curriculares não obrigatórios muitas vezes com a perspectiva da bolsa auxílio complementar suas rendas e contribuir para seu sustento, levando em consideração que os estudantes universitários precisam se organizar e orçar seus futuros gastos de sua caminhada acadêmica, sendo eles de Xerox ou transporte universitário. Por outro lado, as secretarias de educação tendem a contratar estudantes universitários por sua bagagem acadêmica e por ser mão de obra barata, trazendo, assim, economias para o município. No entanto, deve-se salientar que, mesmo com o distanciamento formativo nos processos de estágio não obrigatório, estas experiências influenciam na formação dos estudantes e em seu processo de construção de identidade profissional.

Conforme as publicações, pode-se considerar o estágio não obrigatório como um aporte teórico atrelado à prática educacional, no qual acontecem as comparações formativas, assim como na perspectiva do mercado de trabalho, elucidando, assim,

no processo formativo dos pedagogos, o diferencial destes profissionais em suas práxis.

Por meio do trabalho analisado de Felipe de Lima Silva (2019), podemos considerar o estágio não obrigatório como um momento gerador na vida acadêmica dos estudantes, o qual marca a influência nos futuros profissionais. O autor, ainda, identifica o estágio não obrigatório como uma natureza formativa que proporciona o atrelamento da teoria e prática abordadas no processo de formação dos estudantes.

Silva (2019) aborda a compreensão de fases da legislação na qual teoria e prática são unidas, sendo indicadas como uma. Também esclarece que ambas se completam, sem limitações de uma para com a outra. Para o autor supracitado, mesmo o estágio estando em ascensão no processo formativo, os referenciais para a pesquisa foram escassos. Ele também aborda o fato de os estagiários se sentirem desamparados pelas unidades concedentes do estágio não obrigatório. Todavia, Silva (2019) afirma que estes processos, com estas situações, distanciam o estudante dos mecanismos de estágio que abririam portas que refletiriam nos espaços de atuação profissional. O autor reflete sobre a temática da formação do professor pesquisador, como um sujeito social, em que estes espaços são determinantes para desenvolver a postura dos futuros profissionais. Em suma, Silva (2019) esclarece a importância de pensar o estágio não obrigatório para além de modelos burocráticos que são encontrados em matrizes curriculares, estabelecendo, portanto, escolhas do processo formativo dos estagiários.

Iana Vasconcelos Moreira Rosado (2007) traz em suas considerações que os estágios em todos os âmbitos são necessariamente considerados estágios curriculares. Com a natureza educacional, distinguem-se, assim, do emprego formal, no qual o estagiário tem a oportunidade de refletir sobre seu processo de construção durante sua prática atrelando-a à teoria. Para a autora supracitada, o processo de estágio contribui para a reflexão da “dinamicidade e contraditoriedade” da ação pedagógica em instituições formativas, potencializando, dessa forma, o conhecimento dos estagiários e futuros formadores.

Rosado (2007), particularmente, expõe o estágio como uma articulação impulsionadora da reflexão dos estudantes em seu processo de formação em cada etapa formativa. Todavia, a autora reflete a posição do estágio não obrigatório como uma oportunidade de o estagiário conseguir uma forma de contribuição para as necessidades materiais, obtendo, conseqüentemente, oportunidades de suprir, muitas

vezes, suas necessidades de permanência nas Universidades. Dessa forma, a autora sobrepõe em sua pesquisa que as unidades concedentes de estágios, frequentemente, abordam um aspecto trabalhista, deixando de lado os interesses das Universidades em proporcionar aspectos formativos para seus estudantes durante a experiência do estágio, com lacunas no processo de aprendizagem destes estudantes.

Rosado (2007) aborda que, mesmo com a fragilidade dos estágios em sua supervisão, o mesmo agrega à formação inicial dos estudantes em sua oportunidade de reflexão da ação. Todavia, a autora demonstra preocupação em relação às distorções dos estágios remunerados, omitindo o caráter educativo dos estudantes. Da mesma maneira, ela aborda que, com a distorção dos estágios, a relevância deste processo de aprimoramento como formação da identidade profissional dos estudantes fica confusa, comprometendo, assim, a premissa da reflexão da ação.

Para Rosado (2007), mesmo com os aspectos contraditórios, o estágio não obrigatório influencia na formação dos futuros profissionais, mesmo com as manifestações das conjunturas da sociedade capitalista que visa somente à compra da mão de obra barata, ocasionando rebatimentos no âmbito acadêmico dos estudantes. Cabe salientar que a autora supracitada pesquisou acerca do estágio não obrigatório na perspectiva da formação profissional dos assistentes sociais.

Leide Dayana Pereira de Freitas Costa (2016) considera sua pesquisa voltada para o contexto da formação inicial dos professores através de sua observação da prática e das reflexões discursadas por estagiárias acerca de seu cotidiano e sua experiência pessoal, considerando as constituições de imagens na construção de seu estudo. Para Costa (2016), a formação docente está atrelada à qualidade educacional, uma vez que relata que, atualmente, a formação profissional é complexa e essencial. A esse respeito, a autora declara observar lacunas neste processo de reflexão no contexto de formação inicial dos professores. Tais considerações, a respeito da pesquisa da autora, compreendem a ação reflexiva do estágio como processo de reflexão da ação docente. Em relação aos estágios não obrigatórios, a autora define a falta de referências acerca do tema e falta de acompanhamento ante ao compromisso de universidades e concedentes do estágio, interferindo, assim, na formação inicial dos estudantes.

Costa (2016) (re)afirma, em sua pesquisa, a falta de acompanhamento ao estudante, tanto no âmbito universitário quanto às concedentes do estágio não

obrigatório, apontando, segundo a análise da autora, o estágio como um ato confuso para as estagiárias e unidades responsáveis pela concessão deste processo de aprimoramento profissional. A autora alerta para a reflexão de Paquay e Wagner (2001, p. 139) acerca da discussão, no qual “os estágios também são, com frequência, a oportunidade para o futuro professor se moldar as práticas tradicionais, descobrir e reforçar as receitas [...] os estagiários formam práticos, não necessariamente profissionais”.

Ao expor tal reflexão, a autora quer demonstrar que os estágios, quando não acompanhados adequadamente, atrapalham no processo formativo dos estudantes. Para a autora, este processo de formação necessita ser revisto por ambas as partes, afinal, a Universidade agrega a teoria e a prática como indissociáveis, e os estagiários testificam essa informação cotidianamente em seu processo de formação profissional através do estágio não obrigatório. Costa (2016), por fim, também expõe a exiguidade acerca do tema analisado.

Teresinha Pereira da Rocha (2018) aborda em sua pesquisa acerca do estágio supervisionado não obrigatório que o mesmo vem como uma complementação à formação acadêmica e à reflexão do estudante sobre sua carreira profissional. Para Rocha (2018), o acesso às informações acerca do tema abordado na comunidade acadêmica é de extrema relevância para o desenvolvimento de sua formação inicial. Segundo Rocha (2018), os professores de sua pesquisa não se consideram preparados o suficiente para assumir as funções de orientadores de estágios, sendo que parte dos professores considera a perspectiva de terem que aprofundar seus conhecimentos acerca da Lei do Estágio n. 11.788/2008, que estabelece normativas e definições referentes aos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios. Para a autora, há uma demanda na necessidade de maiores informações acerca da legislação e do fluxo informacional teórico. Ela aborda que estas informações permanecem quase que exclusivamente e restritamente nas trocas de informações relatadas oralmente pelos estagiários em sala de aula.

Rocha (2018) aborda que parte das necessidades dos estagiários de acesso ao fluxo informacional, quanto às bases teóricas do estágio não obrigatório, não é atendida na contemporaneidade. Para a autora, esse fluxo de informação é insuficiente para um aporte teórico quanto ao tema analisado, reforçando, assim, a importância acerca de novas elaborações relacionadas ao fluxo de informações

existentes. Salienta, ainda, a necessidade da integração dos professores orientadores e estagiários em atribuição ao acompanhamento do processo formativo, afinal, para a autora, ainda ocorre uma precarização na força de trabalhos estudantis e a desconfiança por parte dos orientadores no que diz respeito a esta modalidade de estágio. Para Rocha (2018), a efetivação acerca do fluxo de informações pode influenciar, positivamente, as pessoas em relação ao estágio como um complemento à formação inicial dos pedagogos.

Perante as informações citadas acima, podemos observar na análise que os quatro trabalhos apresentados nos fazem levar em consideração a falta de aporte teórico e bibliográfico para sustentação da pesquisa e a fragilidade que os mesmos estudos demonstram em relação às concepções e supervisões dos estágios não obrigatórios. Resultam, assim, em aspectos contraditórios na influência da formação acadêmica devido às manifestações da sociedade capitalista, que tem um aspecto de procura por mão de obra barata.

O presente TCC concorda com os fatos expostos acima, porém, traz uma abordagem investigativa voltada para os documentos nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e suas orientações em relação ao perfil e aos saberes necessários aos estudantes do Curso de Pedagogia em relação ao estágio não obrigatório, o que o difere destas pesquisas já publicadas. Pode-se perceber que estas pesquisas analisadas têm um aspecto mais geral, voltado principalmente para a Lei de Estágios nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, além dos aportes teóricos acessíveis, expondo novamente a restrição daqueles acerca dos estágios não obrigatórios, o que levam à necessidade de estabelecer relações com referências voltadas para o Estágio Curricular Obrigatório durante quase todos os momentos da pesquisa.

No seguinte capítulo, para apresentar como foram pensados os caminhos metodológicos da presente pesquisa, apresento as considerações referentes à metodologia utilizada ao longo do processo de produção do TCC.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa nas diferentes etapas do processo, sendo esta escolha realizada, especialmente, em razão da natureza do tema. Entre as escolhas metodológicas, estão a Pesquisa Bibliográfica, a Pesquisa de Estado do Conhecimento e a Pesquisa Documental, na qual foram analisados documentos nacionais e institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em relação ao perfil e aos saberes presentes nestes documentos como necessários aos estudantes do Curso de Pedagogia, que são inseridos em estágios não obrigatórios. Deste modo, conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica:

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Ou seja, como apontam Souza, Oliveira e Alves (2021), essa pesquisa se baseia no estudo de teorias já publicadas sobre o assunto analisado, sendo essencial que o pesquisador se apodere do conhecimento dessas leituras, sistematizando o material a ser explorado. Ao realizar-se a pesquisa bibliográfica, é necessário que o pesquisador leia, reflita e escreva sobre o que foi estudado, reconstruindo teorias e aprimorando os fundamentos teóricos.

Os autores ainda apontam que a pesquisa bibliográfica é realizada através de pesquisas anteriores, fazendo uso de livros, teses, artigos, entre outras fontes que empregam dados teóricos que já foram trabalhados e devidamente registrados. Com isso, o pesquisador maneja com contribuições de autores para a elaboração de sua pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa constituiu-se de uma pesquisa de Estado do Conhecimento. Segundo salientam Morosini e Fernandes (2014, p. 155):

No entendimento, *estado de conhecimento* é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia.

Ou seja, as autoras enfatizam que se faz necessário ter em consideração que a construção científica está associada não somente ao pesquisador/pessoa que a elabora, mas também às interferências da instituição na qual está incorporada, do país em que vive, bem como das suas relações com o panorama global. Para além, as autoras indicam:

O Estado de Conhecimento possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida. Permite-nos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, oferecendo-nos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando, com mais exatidão, para itens a ser explorados – reforço de resultados encontrados ou criação de novos ângulos para o tema de estudo – abrindo, assim, inúmeras oportunidades de enriquecimento do estudo. Nesse sentido, a construção do Estado de Conhecimento fornece um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo. [...] o Estado de Conhecimento deva ser o movimento inicial de toda pesquisa, uma vez que localiza e norteia os passos da investigação, a partir do conhecimento e da compreensão da produção intelectual que aborda estudos relacionados ao objeto de nossa pesquisa (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 158).

Nesse sentido, Morosini e Nascimento (2015) apontam que o Estado do Conhecimento possibilita o entendimento dos paradigmas que transcorrem o tema pesquisado, bem como a trajetória desse tema como objeto de estudo, a compreensão das diferenciadas fontes de publicação, além de, no contexto brasileiro, conhecer a política que orienta a produção científica e seus canais de propagação.

Por fim, foi realizada a pesquisa documental. Gil (2002) indica que essa pesquisa é semelhante à pesquisa bibliográfica, mas a diferença entre ambas é a natureza das fontes pesquisadas, pois, na pesquisa documental, utiliza-se de materiais que não receberam uma abordagem analítica, podendo ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa. Nesse viés, Fonseca (2002, p. 23) agrega ao estabelecer que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Assim, como aludido por Gil (2002), a pesquisa documental apresenta várias vantagens. Entre estas está a percepção de que os documentos são fontes estáveis e ricos em dados, sendo importante fonte de elementos para qualquer pesquisa.

Dessa maneira, para a presente pesquisa, os principais documentos analisados foram a Resolução n. 7/2015 – CONSUNI/CGRAD, o Regulamento de estágios da UFFS, a Resolução n. 70/2021 – CONSUNI, que altera o número de bolsas de estágio, Lei de Estágios – Lei n.11.788, de 25 de setembro de 2008, e o PCC do Curso de Pedagogia da UFFS, tal como apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 — Documentações nacionais e institucionais analisadas

| Documento | Tipo de documento |
|--|-------------------------|
| Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. | Documento nacional |
| Projeto pedagógico do curso de Pedagogia – licenciatura 2018 | Documento institucional |
| Resolução n. 70/2021 - Consuni (10.17) | Documento institucional |
| Resolução n. 7/2015 – Consuni/CGRAD | Documento institucional |
| Resolução n. 7/2015 – Consuni/Câmara de Graduação | Documento institucional |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Tais documentos foram analisados a partir da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin. Todos os documentos passaram por todas as etapas da Análise de Conteúdo, ou seja, pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados obtidos e interpretação. Após a análise dos textos dos documentos, foi possível aproximá-los dos estudos teóricos e dos documentos legais referentes ao estágio não obrigatório, bem como estabelecer um diálogo com o referencial teórico sobre a formação de professores.

5 PERFIL E SABERES NECESSÁRIOS AOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA REFERENTE AO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Com relação ao perfil necessário aos estudantes de Pedagogia, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC) de 2018, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), aborda que:

Espera-se que o egresso do curso de Pedagogia tenha consciência do que compõe o trabalho pedagógico e o respectivo campo de atuação, principalmente no que se refere à formação humana e seu caráter social, crítico, ético, histórico, científico e tecnológico, construindo e refletindo sobre objetivos, finalidades e formas de intervenção nos processos educativos escolares e extraescolares, coordenação pedagógica e gestão escolar.

Ou seja, o estagiário necessita compreender o processo da formação humana enquanto educando sensível, que tenha autenticidade em seu processo crítico e reflexivo. Quanto às características destes egressos, o PPC (2018) nos aponta como características a:

- a) sensibilidade social: perceber o processo de exclusão e de privilégio presentes na realidade educacional e superar a explicação pela lógica do mérito/culpa, percebendo também os imensos prejuízos sociais provocados por essa mesma realidade;
- b) senso crítico: considerar as várias esferas de uma questão de modo a superar a credulidade ingênua, a crença imediatista e fanática em reflexões que se caracterizam por modismos. Implica ainda a capacidade de crítica ao projeto social, bem como na capacidade de vislumbrar, a partir desta forma de compreensão, as consequências da transformação social do processo produtivo;
- c) consciência histórica: compreender e sensibilizar-se com as causas históricas da realidade social, tornando-se sujeito crítico e comprometido com os que não dispõem das mesmas condições sociais de desenvolvimento;
- d) capacidade de trabalho independente e em grupo: superar o caráter individualista da sociedade e da escola, mediante cooperação, solidariedade, responsabilidade e seriedade dos participantes;
- e) autonomia intelectual e atitude investigadora – construir autonomia intelectual, profissional e cidadã com a realidade em que vive, exigindo uma relação que efetivamente demonstre a responsabilidade social;
- f) capacidade de produção científica – dominar os aspectos básicos da pesquisa para a produção e socialização do conhecimento;
- g) domínio dos conhecimentos, habilidades e técnicas pedagógicas - dominar as tecnologias da aprendizagem a favor do processo pedagógico; relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação; ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- h) capacidade de planejar a ação – diferenciar em nível teórico e prático, a partir de pressupostos teórico-metodológicos, as concepções que norteiam o fazer docente, compreendendo que qualquer ação que pretenda ser transformadora da realidade necessita ser planejada.

Nóvoa e Finger (2009, p. 30, grifo nosso) vêm ao encontro destas características, trazendo pontos que acreditam ser necessários à formação de professores, tais como:

O conhecimento. [...] o trabalho do professor consiste na construção de práticas docentes que conduzam os alunos à aprendizagem.

A cultura profissional. Ser professor é compreender os sentidos da instituição escolar, integrar-se numa profissão, aprender com os colegas mais experientes. É na escola e no diálogo com os outros professores que se aprende a profissão.

O tacto pedagógico. [...] Saber conduzir alguém para a outra margem, o conhecimento, não está ao alcance de todos. No ensino, as dimensões profissionais cruzam-se, inevitavelmente, com as dimensões pessoais.

O trabalho em equipa. Os novos modos de profissionalidade docente implicam um esforço das dimensões coletivas e colaborativas, do trabalho em equipa, da intervenção conjunta nos projectos educativos da escola. [...]

O compromisso social. Podemos chamar-lhe de diferentes nomes, mas todos convergem no sentido dos princípios, dos valores, da inclusão social e da diversidade cultural.

Assim, podemos afirmar que a Universidade Federal da Fronteira Sul busca, em seu processo de formação, apresentar disposições necessárias para que o estudante desenvolva sua autoformação através da dimensão da investigação e prática, partindo do pressuposto da sensibilidade social. Nesta concepção, ao se pensar em formação de professores, deve-se levar em consideração o “estímulo na perspectiva crítico-reflexivo, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada”.⁴ Sendo assim, “o trabalho de formação deve estar próximo da realidade escolar e dos problemas sentidos pelos professores”.⁵ Isso nos leva a chamar atenção para a importância do estágio não obrigatório na necessidade de processo de construção de práticas investigativas, partindo do pressuposto de reflexão coletiva de estagiários, professores universitários e comunidade escolar.

Segundo o PPC do Curso de Pedagogia da UFFS-Erechim, o aluno egresso na graduação de Pedagogia constitui sua formação com base no “Domínio Comum, no Domínio Conexo entre as licenciaturas, no Domínio Específico”. Conforme exposto no PPC, o Domínio comum visa “a contextualização acadêmica” e “a formação crítico social”. Já o Domínio Conexo, que faz parte de todos os cursos de licenciaturas,

⁴ NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. *Os professores e sua formação*. Portugal: Dom Quixote, 1992. p. 25.

⁵ Id., 2009, p. 24.

segundo Regimento Geral da UFFS, Resolução 03/2016 — CONSUNI, em seu Art. 50. §2º, objetiva “a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*”. Por fim, o Domínio Específico, segundo Regimento Geral da UFFS, Resolução 03/2016 - CONSUNI, em seu Art. 50. §3º, define o objetivo do domínio específico como “prioritariamente a formação profissional”

Cabe aos estudantes, nestes paradigmas impostos pela formação profissional, o desafio de refletir e se tornar protagonistas em sua formação inicial e continuada. Nesta direção, pode-se entender que nesta formação:

O professor tem de assumir uma postura de empenhamento autoformativo e autonomizante, tem de descobrir em si as potencialidades que detém, tem de conseguir ir buscar ao seu passado aquilo que já sabe e que já é e, sobre isso, construir o seu presente e o seu futuro, tem de ser capaz de interpretar o que vê fazer, de imitar sem copiar, de recriar, de transformar. Só o conseguirá se refletir sobre o que faz e sobre o que vê fazer (ALARCÃO, 1996, p. 18).

E é nesse cenário que surge o estágio não obrigatório como reflexão da prática docente. Podemos pensá-lo teoricamente pelas palavras de Paulo Freire (2016, p. 196) quando diz que “todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O quefazer é teoria e prática. É reflexão e ação”. Sendo assim, fica evidente que é necessário que o estagiário, além de buscar a prática da formação inicial, necessita pensar no que seu processo de aprimoramento profissional pode influenciar na sua identidade pedagógica, sendo que vem “[...] como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade” (PIMENTA, 1999 *apud* PIMENTA; LIMA, 2004, p. 34). Cabe salientar que:

[...] o conhecimento não se dá exclusivamente nem pela transmissão de um conceito abstrato de uma pessoa para outra, nem a partir de intuições de indivíduos isolados; o conhecimento ocorre no bojo do processo histórico e coletivo da práxis (FLEURI, 2001, p. 28).

Nesse sentido, a concepção do estágio vem da parte prática dos processos de formação do curso, o que coteja a teoria estudada durante o percurso formativo (PIMENTA; LIMA, 2011).

Pode-se considerar que a UFFS busca, através de seu currículo, formar seus graduandos através de seu desenvolvimento integral, abrangendo desde o ensino crítico à pesquisa ética. Porém, devemos levar em consideração que cada ser humano

busca o seu melhor desempenho em sua autoformação. Para tal, “[...] a ação educativa intervém como um suporte de autoformação, e as regulações que se arrisca a provocar, para se formar realmente formadora devem resultar em autorregulações” (DOMINICÉ, 2010, p. 146), sendo que “[...] seria adequado a esse saber crítico e emancipatório, e que se elabora pela pessoa, por meio de processos de tomada de consciência” (FINGER, 2010, p. 128). Considerando que cada ser humano constrói seu processo de formação e sua identidade profissional, compreendemos com Nóvoa e Finger (1995, p. 25) que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

O estágio não obrigatório ajuda neste processo de construção da identidade profissional e da oportunidade na reflexão da ação, no qual “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1996, p. 38). Ao compreender os processos formativos e institucionais dos estágios, compreendemos que esta prática formativa representa oportunidades de reflexões das ações impostas no cotidiano das escolas, nas quais os estagiários buscam a integração da formação teórica com a prática reflexiva, o qual se encaixa no perfil de docente crítico reflexivo. Segundo o PPC (2018) do curso de Pedagogia da UFFS, campus Erechim:

O estágio concebido como práxis precisa ser capaz de romper com a polarização e a hierarquização entre teoria e prática e substituí-la por uma articulação dialética, para que a teoria deixe de ser concebida como simples reprodução da realidade para converter-se num exercício crítico interpretativo, que oferece contribuições para a construção de novas práticas. Dessa forma, a prática deixa de ser mera aplicação da teoria e transforma-se em proposição teórico-prática transformadora.

Ou seja, a prática educacional, quando orientada e planejada, transforma os sujeitos cujas identidades profissionais estejam em processo de construção, levando, assim, a práticas inovadoras e reflexivas e profissionais com um perfil ético, reflexivo.

Salienta-se, por fim, que, além do aporte teórico, o estagiário necessita buscar a reflexão da ação imposta a si durante seu estágio, para, assim, se transformar em um profissional consciente de seu papel na sociedade, sendo que o Estágio Não

Obrigatório da Universidade Federal da Fronteira Sul pode ser praticado em qualquer semestre do curso, não tendo como requisito para o mesmo nenhuma das grades curriculares oferecidas durante a graduação. Porém, o estagiário necessita estar vinculado à Universidade com sua matrícula ativa. Segundo a Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação, o Estágio Não Obrigatório vem no sentido de atividade opcional que acresce à carga horária do curso.

Conforme citado na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, seu Art. 1º. §1º “[...] o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando”. Isso, segundo a análise dos documentos, tem-se evidenciado o estágio como uma intencionalidade na aprendizagem do estagiário, para a qual necessita planejar através de sua pesquisa, confirmando também o que traz o PPC do curso de Pedagogia, de 2018, quando aborda a compreensão da “educação para e na cidadania”, além de priorizar a pesquisa dos estudantes “com a realidade educacional concreta” (BRASIL, 2008, p. 38).

Como podemos observar, o trabalho pedagógico do professor permeia entre o planejamento de sua ação e de sua prática educacional, no qual o profissional necessita de reflexão da ação e experiência, vendo o estágio como uma possível experiência para a compreensão da ação. Nesse sentido, Moura (2002, p. 144) aborda o saber fazer do professor como uma “[...] idéia de atividade orientadora do ensino, como unidade de formação do aluno e do professor”.

Segundo consta no PPC do Curso de Pedagogia da UFFS, campus Erechim: “qualquer ação que pretenda ser transformadora da realidade necessita ser planejada” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2018, p. 40). Nesta mesma linha de raciocínio, Libâneo (2008) afirma que a educação é baseada na compreensão e transformação da prática educacional. Desse modo, compreende-se estágio como uma “oportunidade de fomento de estratégias efetivas para a ação reflexiva, essencial à reconstrução e à redefinição das teorias que sustentam o trabalho do professor (formador e em formação)” (VAGULA; SIMM; SILVA, 2015, p. 123), elucidando os estagiários sobre a sensibilidade da participação da ação no estágio, quando oportunizada. Nesse sentido, a Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação define em seu Art. 3º que:

O Estágio na UFFS é concebido como um tempo-espaco de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar

práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015, p. 2).

Nesse sentido, o Curso de Graduação em Pedagogia — Licenciatura da UFFS, campus Erechim — esclarece em seus documentos normativos que o Estágio curricular não obrigatório é um ato educativo, no qual as responsabilidades são distribuídas entre unidade concedente e instituição de ensino, salientando, ainda, que cabe “[...] ao profissional Licenciado em Pedagogia compreender criticamente a sua atuação profissional, valendo-se dos embasamentos teóricos e práticos possibilitados ao longo da formação inicial”. Mesmo com a existência de documentos institucionais e nacionais, podemos definir a literatura, legislação vigente e pesquisas acerca do tema como incipientes em relação à temática pesquisada.

Segundo Regimento Geral da UFFS, Resolução N^o 7/2015 — CONSUNI/CGRAD, em sua segunda seção, atribuem às normativas do estágio não obrigatório a regra de que este é desenvolvido como atividade complementar agregado à carga horária do curso, em seu Art. 23. Constata-se, assim, como dito, a possibilidade do estágio não obrigatório poder ser realizado desde o primeiro semestre da graduação, salvo quando houver outros parâmetros que, segundo o mesmo documento, não se adequem à fase de formação do curso. Em seu §1^o, observa-se, neste documento, a necessidade de falta de vínculo empregatício para a realização do estágio não obrigatório. Nesta Resolução, a carga horária máxima é definida em 30 horas semanais em turno distinto à graduação acadêmica, sendo que, em tempo fora do período letivo, pode ser acrescida em 40 horas semanais. Em seu Art. 25, a normativa define que o estágio não poderá ultrapassar os 24 meses, salvo em casos de estagiários portadores de deficiência.

Para a mesma normativa, a renovação deverá acontecer após o encaminhamento dos relatórios de estágios, mediante aprovação dos professores orientadores. Adotando as referências da Administração Pública Federal, segundo a Resolução, o estagiário pode acumular a bolsa estágio com os auxílios socioeconômicos disponibilizados pela Universidade, porém, não pode acumular recebimento de bolsas de outros órgãos concedentes, quer sejam públicos quer sejam privados. O Art. 28 da Resolução assegura aos estudantes em seus períodos de avaliação carga horária de estágio reduzida. Em seu Art. 28, a Resolução deixa

também especificada que cabe à Coordenação Acadêmica o encaminhamento das certificações agregadas às atividades de estágios realizadas pelos estudantes, após sua conclusão, mediante a documentação entregue à unidade de ensino.

Quanto à “organização, funcionamento e avaliação” destes estágios, a Resolução Nº 7/2015 expõe em suas normas que é “competência da Coordenação Acadêmica, articulada com as Coordenações de Curso e sob a supervisão da Divisão de Estágios (DIES) da Pró-Reitoria de Graduação” este processo de organização dos estágios. Observa-se em seu Art. 34 que a Resolução deixa claro que:

Cada um dos campi da UFFS mantém um Fórum das Coordenações de Estágio, com o objetivo de qualificar a concepção, o planejamento, a organização, o funcionamento e a avaliação das atividades de estágio e contribuir com o aperfeiçoamento dos projetos formativos dos cursos de graduação da UFFS (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015, p.11).

Para tal Fórum, a Resolução aborda, em seu Art. 37., §1º, que a “carga horária atribuída à função de Coordenação de Estágio é de 10 (dez) horas semanais”, isso leva em consideração que cada estagiário tem direito a um professor orientador em seu processo de estágio. Como consta no Art. 45, o estagiário necessita seguir os seguintes requisitos para além da matrícula ativa:

- I - assinar o Termo de Compromisso;
- II - colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- III - comparecer no dia e horário de orientação;
- IV - desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades de forma acadêmica, profissional e ética junto à UCE;
- V - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;
- VI - entregar relatórios a cada seis meses de estágio realizado, conforme estipulado pela legislação de estágio e/ou pelo regulamento de estágio do curso, e no final da vigência do estágio;
- VII - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao seu orientador, à Coordenação de Estágios do Curso ou à Coordenação Acadêmica do Campus (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015, p.13).

Diante da Resolução Nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD, podemos perceber que a Universidade está atrelada teoricamente com os processos formativos dos estágios não obrigatórios, sempre levando em consideração os processos de formações reflexivas em conformidade com as normas vigentes.

Compreendo assim como primordial os saberes necessários para a docência em relação à formação de professores. Os estágios não obrigatórios contribuem com estes aspectos, pois os mesmos culminam os processos de formação inicial docente. Desse modo, Pimenta (1996) vem a contribuir quando expõe que é na prática que o profissional produz seus saberes pedagógicos e constrói sua identidade profissional, fazendo-nos refletir, assim, sobre a experiência que temos enquanto alunos e em que tipo de profissionais almejamos nos constituir.

Nesse sentido, os estágios não obrigatórios surgem como ações de construção na formação destes saberes didáticos que necessitam nos moldar enquanto seres humanos.

Em consciência que estes saberes são extremamente necessários, compreendemos a necessidade de nos formarmos profissionais reflexivos que compreendam “[...] função da escola na transformação da realidade social dos seus alunos e ter clareza da necessidade da prática educacional estar associada a uma prática social mais global.” (PEREIRA, 2006, p.27). Para tanto, podemos afirmar que os estágios não obrigatórios decorrem de extrema importância para o processo na construção de saberes. De acordo com Marques e Pimenta (2015, p.149):

[...] os saberes da Pedagogia se mostram essenciais à docência e à formação de professores; nas Licenciaturas formamos docentes, mas ao considerar a complexidade do papel do professor, e a docência como atividade educativa e pedagógica, vislumbramos a necessidade de que os futuros professores tenham acesso aos saberes da Pedagogia com vistas a possibilitar a formação de profissionais crítico-reflexivos, capazes de identificar as implicações éticas e políticas de sua ação.

Cabe a preocupação se os estagiários estão se atrelando a estas normas, Resoluções e saberes garantindo, assim, os direitos e deveres necessários para estes processos formativos e reflexivos, mas isso é discussão para uma outra pesquisa científica ou a continuidade desta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico (2018) do Curso de Graduação em Pedagogia — Licenciatura da UFFS, campus Erechim, afirma ser necessário que o educando mantenha a capacidade de ser um profissional pensante e crítico, além de ter autonomia no âmbito da produção de conhecimento. As reflexões feitas, até agora, nos permitem observar, no mesmo documento normativo, que o curso de Graduação em Pedagogia — Licenciatura orienta a formação de profissionais da educação que rompam paradigmas impostos pela sociedade, buscando fundamentar sua graduação junto com a pesquisa e a reflexão da ação pedagógica.

Nessa perspectiva, solidifica-se a oportunidade de refletir com a teoria e a prática docente, através dos estágios, uma vez que, segundo este documento normativo, a prática nos leva a refletir no âmbito escolar acerca da realidade sociocultural de cada criança, em que o pedagogo necessita avançar no processo de reflexão e conhecimento. De acordo com este mesmo documento, é necessário que o graduando, em seu processo de formação, consiga compreender as relações que acontecem em sala de aula, universidade e legislações vigentes. Conforme o documento, é necessário que o profissional leve em consideração o “‘planejamento de ensino’, a ‘psicologia da aprendizagem’, os ‘métodos de ensino’ e as ‘técnicas de avaliação’” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2018, p. 212).

Durante o processo de análise documental, pude perceber que é de suma importância o aperfeiçoamento da formação acadêmica, tanto com embasamentos teóricos quanto com a reflexão da prática educacional. Segundo consta no PPC (2018) do Curso de Graduação em Pedagogia — Licenciatura da UFFS, campus Erechim, é necessário que os graduandos consigam refletir criticamente sobre as “sensibilidades sociais” impostas no cotidiano escolar, além da compreensão da “transformação social” que vem como responsabilidade do educando no seu trabalho docente. Nesta direção, é fundamental, segundo o mesmo documento, que o educando tenha uma postura investigativa, além da busca de domínio pedagógico durante sua construção de identidade profissional, no qual o pedagogo necessita compreender as concepções de suas ações reflexivamente, sempre levando em consideração a realidade imposta pela sociedade.

Nessa perspectiva, posso afirmar que o Estágio não obrigatório agrega na reflexão da ação pedagógica, além de oportunizar tanto o crescimento pessoal do

estagiário quanto o desenvolvimento profissional, proporcionando reflexões sobre as práticas impostas rotineiramente nas escolas. Este oportuniza aos estagiários a autorreflexão de suas potencialidades e a compreensão da necessidade de formações continuadas.

Reafirmo, assim, a importância da intencionalidade nos estágios não obrigatórios, uma vez que servem como molas propulsoras na formação inicial acadêmica dos estagiários e no seu processo de construção de identidade profissional, bem como sua compreensão de processo de formação como ser humano crítico, reflexivo e sensível. Diante de um estágio não obrigatório, o profissional consciente tem o dever de levar em consideração sua prática pedagógica sem se deixar influenciar por reproduções metodológicas e modismos impostos pela sociedade, pois, afinal, o profissional da educação necessita estar em processo de construção constante.

Em relação ao perfil necessário e saberes dos estudantes de Pedagogia da UFFS-Erechim 2018, os documentos normativos da UFFS nos permitem considerar que é necessário que os egressos tenham consciência e compreensão do que compõe sua prática profissional, levando em consideração o processo de formação humana, sendo um educando sensível, com um senso de criticidade que agregue no processo consciente de transformação social. Nessa perspectiva, os documentos analisados orientam a formação de pessoas que tenham senso crítico para integrar-se ao compromisso social, conduzindo seus educandos para as dimensões da autoformação através da investigação, considerando a realidade cotidiana e seus pressupostos.

Cabe evidenciar que, durante os processos de busca de informações para o acompanhamento da pesquisa sobre o estágio não obrigatório em Pedagogia, constatou-se certa restrição acerca de discussões científicas relacionadas ao tema analisado, para o qual a pesquisa necessitou de aporte teórico em referenciais direcionados aos estágios obrigatórios e suas contribuições para a formação inicial de professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996. . Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 27833 , 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 27833 , 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 30 mar. 2022

BRASIL. Lei nº 5.425, de 1 de Maio de 1934. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 11937 , 9 ago. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 30 mar. 2022

BRITO, Solange Aparecida da Silva. **Estágio Remunerado, formação, profissionalização e precarização do trabalho docente**: um estudo a partir do programa “resistência educacional”. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2013: Disponível em: https://www.ppged.ufscar.br/pt-br/arquivos-1/dissertaco_defendidas/2013/solange.pdf Acesso em: 6 mar. 2022.

BURIOLO, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estágio Supervisionado na formação docente. *In*: LISITA, Verbena Moreira; SOUSA, Luciana Freire. (Orgs.). **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.113-122

DOMINICÉ, Pierre. O processo e formação e alguns dos seus componentes relacionais. *In*: NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. **O método (auto)biográfico e formação**. Natal/RN; São Paulo: Paulus, 2010.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos; OLIVEIRA, Ronaldo Alexandre de Oliveira. **A formação prática de professores no estágio curricular**. Educar; Curitiba, n. 32, p. 215-232, Editora UFPR, 2008.

FINGER, Mathias. As implicações socioepistemológicas do método biográfico. *In*: NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. **O método (auto)biográfico e formação**. Natal/RN; São Paulo: Paulus, 2010.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: Ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

HOUAISS, Antônio.; VILLAR, Mauro. Salis. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática**. ed. revista e ampliada. Goiânia: MF livros, 2008.

MOROSINI, Marília; NASCIMENTO, Lorena Machado. **Uma perspectiva metodológica da produção sobre Internacionalização da Educação Superior, em programas do pós-graduação do Brasil**. Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. **Os professores e sua formação**. Portugal: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. **Os professores e sua formação**. Portugal: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. **Professores imagens do futuro presente**. Educa: Lisboa, 2009.

MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; PIMENTA, Selma Garrido. **É Possível Formar Professores sem os Saberes da Pedagogia?: Uma Reflexão sobre Docência e Saberes**. **Metalinguagens**, São Paulo, n.3, p.135-156, mai. 2015.

MOURA, Manoel Orivaldo. O educador matemático na coletividade de formação. *In*: TIBALLI et al. (Orgs.). **Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares**. Rio de Janeiro: XI Endipe/DP&A, 2003.

MOROSINI, Maria Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>. Acesso em: 06 de mar. 2022.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Don Quixote, 1992.

PAQUAY, Léopold; WAGNER, Marie-Cécile. Competências profissionais privilegiadas nos estágios e na videoformação. *In*: PERRENOUD, Phillippe; PAQUAY, Léopold; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne. (Org.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** 2 ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p.135-159.

PEREIRA, Júlio Emilio Diniz. Debates e pesquisas no Brasil sobre formação docente. *In*: PEREIRA, Júlio Emilio Diniz. **Formação de Professores: Pesquisas, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 15 – 51.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, n.2, p. 77-89, jul./dez. 1996.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **O estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais: trabalho precarizado ou processo didático-pedagógico?**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br>> Acesso em: 6 jun. 2022.

SILVA, Marilda da. **Complexidade da formação de profissionais: saberes teóricos e saberes práticos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **PROJETO Pedagógico do curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura**. Erechim, 2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cclper/2018-0002>. Acesso em: 10 abr. 2020.

VAGULA, Edilaine; SIMM, Juliana Fogaça; SILVA, Samira Fayeze Kfoury da. A prática pedagógica nos estágios Curriculares: reflexão sobre a formação docente. **Cadernos de pesquisa em educação**, Vitória, a 12, v. 19 n. 41, p. 119-143, jan/jun. 2015. ISSN: 3317-742X. DOI: <https://doi.org/10.22535/cpe.v0i41.11325>. Disponível em: <https://bit.ly/2SCmWF2>. Acesso em: 1 ago. 2020

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática Pedagógica do Professor de Didática.** Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação, 1988.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática.** Campinas: Papyrus, 1989.